



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 2 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Prorrogação-ZFM	1
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Novo fôlego	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Empreendedores esperam mais apoio	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Mdic	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Linha branca	5
ECONOMIA	
A CRITICA sim & não	6
OPINIÃO	
A CRITICA sobe e desce	7
OPINIÃO	
A CRITICA Para a ZFM, sem os créditos	8
ECONOMIA	
A CRITICA Oportuna defesa da Zona Franca	9
ECONOMIA	
A CRITICA AUTOMÓVEIS	10
ECONOMIA	
A CRITICA Espaço público tem 'vida' dupla	11
CIDADES	
DIÁRIO DO AMAZONAS Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País (continuação)	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País (continuação)	14
ECONOMIA	

Prorrogação-ZFM

Oliveira quer discutir PEC 506 em Manaus

O deputado federal Henrique Oliveira (PR/AM) apresentou o requerimento 13/2013 que solicita a realização de um Encontro da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 506/2010, na Cidade de Manaus (AM). O pedido foi feito à Comissão Especial destinada a apreciar e elaborar parecer à PEC, que é do Senado Federal, e dispõe sobre a prorrogação dos benefi-

cios para a Zona Franca de Manaus. A expectativa é que o colegiado aprecie o requerimento na reunião, desta terça-feira (02), marcada para acontecer, às 14h30, no Plenário 10, da Câmara dos Deputados.

“Meu objetivo é propiciar um debate mais amplo sobre o assunto, a fim de melhor subsidiar essa Comissão Especial. E será importante que o Encontro aconteça em Manaus, porque

é lá que se localiza a Sede da Suframa e contamos com a participação das principais entidades diretamente envolvidas no assunto”, explicou Henrique.

Por meio do requerimento, Henrique Oliveira destacou as principais autoridades a serem ouvidas no Encontro, como os governadores dos Estados Abrangidos pela Suframa; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ama-

zonas; o prefeito municipal de Manaus; o Presidente da Câmara Municipal de Manaus; o superintendente da Suframa; o Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas; Representante do Ministério Público Federal e Estadual; Presidente do Banco da Amazônia; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; e o Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus.

Novo fôlego

Nova lei cria Secretaria da Micro e Pequena Empresa

A presidente Dilma Rousseff publicou no "Diário Oficial da União" nesta segunda-feira (1º) a lei que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que terá status de ministério, o 39º do governo.

A nova pasta, segundo prevê a lei, formulará políticas de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte e de artesa-

nato. Cuidará, por exemplo, de promover a qualificação, aumentar a competitividade e incentivar as exportações de bens e serviços.

"Art. 24-E. À Secretaria da Micro e Pequena Empresa compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República, especialmente: I - na formulação, coordena-

ção e articulação de: a) políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato e de fortalecimento, expansão e formalização de Micro e Pequenas Empresas;

b) programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às microempresas e empresas de

pequeno porte e de promoção do desenvolvimento da produção;

c) programas e ações de qualificação e extensão empresarial voltadas à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato; e d) programas de promoção da competitividade e inovação voltados à microempresa e empresa de pequeno

porte; II - na coordenação e supervisão dos Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte custeados com recursos da União; III - na articulação e incentivo à participação da microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços e sua internacionalização", diz o texto.

O projeto de lei que previa a criação da secretaria foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional no início da gestão de Dilma, em 2011. Passou primeiramente pela Câmara e foi aprovado no início deste mês pelo Senado. Nesta quinta-feira terminou o prazo de 15 dias úteis que a presidente tem para sancionar a lei.

Empreendedores esperam mais apoio

Criação de Secretaria com status de Ministério precisa pôr fim a entraves, como a dificuldade para acesso ao crédito

Por **Olivia de Almeida**

“O desenvolvimento do país se dá pelo talento e inovação das micro e pequenas empresas”, destacou Rai Lima, presidente da Fampem (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Amazonas). Ontem, dia 1º, foi publicado no Diário Oficial da União a lei que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, destinada à formulação de políticas para as micro e pequenas empresas, que no país empregam cerca de 15 milhões de pessoas.

Na opinião da presidente da Federação, a secretaria vem para ajudar a alavancar e desenvolver negócios que, hoje, tem contribuído fortemente na economia. “E no ano passado conversamos bastante com parlamentares para que tivéssemos maior representatividade e conquistássemos esse sonho de ter uma secretaria que fortalecesse o setor”, comenta Rai.

Para o economista Francisco de Assis Mourão Junior, já estava na hora do governo criar a secretaria, já que este é um setor que gera um grande número de empregos e contribui para a exportação. “Muitas pequenas empresas são exportadoras, inclusive, muitas delas estão aqui no Estado, ajudando nossos produtos regionais, como o açaí, por exemplo, a chegar a outras localidades”, acrescentou.

Rai Lima disse que através da secretaria possibilitará a formulação de políticas de estímulo ao microempreendedorismo e ao artesanato. “A Lei Geral da Micro e Pequena Empresas contribuiu bastante para o setor, mas ainda enfrentamos muitos

entraves, entre eles, o da burocracia”, disse Rai Lima.

Dificuldade para conseguir acesso às linhas de crédito, burocracia para exportar e até mesmo legalizar a empresa, dependendo da atividade, são algumas das dificuldades do empreendedor. “Além disso, ainda há aqueles empresários que acreditam não precisar de qualificação ou de atualização, mas eles precisam entender que o mercado está cada vez mais exigente e competitivo”, alerta a porta-voz.

Entre os que têm sentido essas dificuldades está o microempreendedor Antonio Carlos Martins, que não tem conseguido investir na loja, por causa do baixo valor da linha de crédito

R\$893 milhões

são movimentados por 6.869 micro e pequenas empresas no Amazonas, com 44.762 pessoas empregadas.

que os bancos dispõem para ele. “Minha intenção era melhorar o interior da loja, a fachada e oferecer produtos, mas sem o capital só posso trabalhar como prestador de serviço”, afirmou o proprietário da “Carlinhos Relojoaria e Chaveiro”, localizada no Zumbi, zona Leste de Manaus.

Secretaria já tem estrutura

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa tem status de ministério, sendo o 39º do governo federal, e contará com uma estrutura já existente, deslocada do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – que tem uma área que trata do assunto. Os ministérios do Desenvolvimento e do Planejamento têm até 90 dias para efetivar a transferência de



Foto: Walter Mendes

Microempreendedor Antonio Carlos Martins disse que a linha de crédito disponível para seu negócio é insuficiente para investimentos

pessoal para a nova pasta.

O novo ministério terá a missão de assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas de apoio ao fortalecimento, expansão e formalização das micro e pequenas empresas. De acordo com a lei, a secretaria também desenvolverá programas de promoção da competitividade e inovação e qualificação do setor.

Os programas de apoio às

micro e pequenas empresas passarão a ser coordenados e supervisionados pela secretaria, que também articulará a participação delas nas exportações brasileiras de bens e serviços. O ministro que ocupará a pasta ainda não foi escolhido.

O projeto que criou a secretaria foi aprovado no último dia 7 no Senado e provocou protestos de opositoristas que questionaram os custos e a necessidade de mais um ministério.

Por dentro

COMPETITIVIDADE

Acontece nessa quinta-feira (4), às 8h, no Auditório do Sebrae Amazonas, localizado na rua Leonardo Malcher, 924, Centro, uma oficina que tem como objetivo estimular a troca e a coleta de informações relevantes ao desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa. O evento é promovido pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) em parceria com o Governo do Amazonas.

Mdic

Balança tem superávit de US\$ 164 milhões em março

Depois de dois meses de saldos vermelhos, a balança comercial brasileira ganhou força nos últimos dias de março para reverter a tendência negativa. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o saldo mensal ficou

positivo em US\$ 164 milhões, fruto de exportações de US\$ 19,323 bilhões e importações de US\$ 19,159 bilhões.

O resultado ficou dentro das expectativas do mercado financeiro. Conforme pesquisa da Agência Estado com 15 instituições financeiras, os economistas

aguardavam desde um saldo negativo de US\$ 450 milhões até um superávit de US\$ 500 milhões, com mediana positiva de US\$ 200 milhões. Este foi o pior resultado para o mês desde 2001, quando houve déficit de US\$ 274 milhões.

No primeiro trimestre do ano,

porém, o saldo ainda segue negativo. No ano até o fim de março, a balança está deficitária em US\$ 5,150 bilhões, com as vendas externas de US\$ 50,839 bilhões e compras de US\$ 55,989 bilhões. Esta é a primeira vez que o resultado fica negativo no acumulado dos três primeiros meses de um

ano. A última vez que isso ocorreu foi em 2001, quando o déficit foi de US\$ 404 milhões.

Em janeiro deste ano, o déficit comercial foi de US\$ 4,035 bilhões. Em fevereiro, a soma negativa de US\$ 1,276 bilhão foi a maior da série histórica do MDIC para o mês. Pela sequên-

cia, o último mês a apresentar um resultado positivo foi dezembro, com saldo de US\$ 2,250 bilhões. Na última semana do mês passado (dias 25 a 28), o saldo comercial ficou positivo em US\$ 165 milhões, com exportações de US\$ 4,552 bilhões e importações de US\$ 4,387 bilhões.

Linha branca

Eletros estuda renegociar IPI reduzido

Estão quase prontos os estudos para renegociar com o Ministério da Fazenda o patamar atual da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para a linha branca. A informação foi dada à Agência Estado nesta segunda-feira (1º) pelo presidente da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos), Lourival Kizula. Estimulada pelo anúncio do governo, na semana passada, de que a redução do tributo federal para automóveis e caminhões será mantida até 2014, a Eletros também quer o benefício.

O anúncio da prorrogação da redução do IPI para automóveis e caminhões foi feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O imposto sobre carros e caminhões iria subir gradualmente a partir desta segunda-feira até chegar à alíquota normal em 1º de julho. Kizula disse que o setor sempre pretendeu solicitar ao governo a extensão do benefício para a linha branca, mas observou que a indústria eletroeletrônica tem até o fim de junho para negociar. "Os trabalhos estão semiprontos, mas o ideal é começar as conversas à véspera

do término do acordo. (Ainda) É muito cedo", afirmou o presidente da Eletros. "Mas você pode estar certo de que em junho bateremos na porta do Ministério da Fazenda para negociar."

Desde 1º de fevereiro último, a alíquota do IPI sobre os produtos da linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar e tanquinhos), móveis, laminados, painéis de madeira, luminárias e papel de parede começou a subir.

O acordo, feito no final de dezembro de 2012, previa que os aumentos seriam graduais até que o imposto chegasse a

uma alíquota intermediária em junho e integral em julho. Assim, o IPI sobre fogões que em 31 de janeiro era 0% subiu para 2% em fevereiro e a partir de julho voltaria a 4%. As geladeiras cujo IPI em 31 de janeiro era de 5%, subiu a 7,5% no mês passado e retomaria a alíquota normal de 15% em julho. O tanquinho, seguindo o mesmo calendário, saltaria de 0% para 2% e chegaria em julho com o IPI em 10%. O único item da linha branca que manteria a alíquota reduzida, em 10%, seria a máquina de lavar. A alíquota normal do IPI para a máquina de lavar é de 20%.

sim & não

Prorrogação A comissão especial que analisa a PEC da Prorrogação da Zona Franca tem reunião marcada para hoje, às 14h30, com expectativa de que, enfim, o colegiado comece o seu trabalho, já que na semana passada a primeira reunião do grupo não ocorreu por falta de quórum.

Antídoto Por falar nisso, o deputado Átila Lins (PSD), relator da comissão da prorrogação, começou a articular ontem um antídoto contra a possível falta de quórum. Ele opera para que deputados aliados da Zona Franca de Manaus sejam designados como suplentes do grupo e evitem atrasos dos trabalhos.

sobe e desce



Thomaz Nogueira

TITULAR DA SUFRAMA

>>'Calçadão da Suframa', em frente à sede da autarquia, está abandonado.

Manaus, terça-feira, 2 de abril de 2013.

Para a ZFM, sem os créditos

Assim é a remessa para esse modelo de produtos oriundos de países que integram o GATT, acordo de comércio internacional

A isenção e a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a remessa de produtos nacionais para a Zona Franca de Manaus (ZFM) – operação que é equivalente a uma exportação – também se aplicam aos produtos estrangeiros originários de países signatários ou que aderiram ao “General Agreement on Tariffs and Trade”, o GATT – acordo de comércio internacional para promover a redução de tarifas e taxas aduaneiras. Porém, o benefício não dá direito à manutenção dos créditos do imposto.

O entendimento consta da Solução de Consulta nº 36, de 2013, da Receita Federal da 6ª Região Fiscal

(Minas Gerais). E foi objeto de matéria do jornal Valor Econômico. Ela tem validade legal para quem fez a consulta, mas serve de orientação para os demais contribuintes.

A isenção e a suspensão do IPI estão regulamentadas pelo Decreto nº 7.212, de 2010, nos artigos 81, inciso III, e 84. Mais de cem países fazem parte do GATT, entre eles, Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Emirados Árabes e China.

Segundo a solução de consulta, em razão do benefício fiscal, o importador de produtos de países que fazem parte do GATT deve anular na escrita fiscal os créditos relativos ao IPI pago no desembaraço aduaneiro dessas mercadorias



Remessa de produtos estrangeiros para a Zona Franca de Manaus é isenta de IPI

Requerimento

O deputado federal Henrique Oliveira (PR/AM) apresentou o Requerimento solicitando a realização de um Encontro da Comissão Especial da Proposta de Prorrogação da Zona Franca de Manaus na capital do Amazonas.

rias, se elas forem remetidas à ZFM com a isenção ou a suspensão do imposto. Tais créditos poderiam ser usados para abater o IPI devido em operações futuras. “Tem empresa que é autuada

pele Fisco, por manter o crédito, apesar da suspensão tributária, porque isso é possível em relação ao produto nacional que vai para a Zona Franca”, explica o consultor Leonardo de Almeida, da Athros ASPR Auditoria e Consultoria. Segundo ele, porém, o texto do tratado não fala a respeito de créditos de IPI. “E a lei que autoriza a manutenção dos créditos não diferencia se a mercadoria tem que ser nacional ou importada”, afirma.

Como não há decisões judiciais que pacifiquem o assunto ainda, o contribuinte fica à mercê da interpretação do Fisco. O advogado Thiago Garbelotti, do escritório Braga e Moreno Consultores e Advogados, discorda da necessidade de devolução do crédito. “Diferentemente do ICMS, para o qual a Constituição Federal vedou expressamente o aproveitamento de créditos relacionados às saídas isentas ou não tributadas, o texto constitucional não traçou qualquer vedação para o IPI”, argumenta o tributarista.

Oportuna defesa da Zona Franca

O antagonismo entre os estados sobre a unificação do ICMS Interestadual ainda é grande, mas é imprescindível que se elimine a guerra fiscal. Não farei aqui uma análise sobre os prejuízos que ela gera, como queda da arrecadação dos estados, diminuição dos recursos para investimento público, insegurança jurídica das empresas, emaranhado de legislações e procedimentos que confundem e aumentam os custos administrativos. Para todo o país, são mais prejuízos do que benefícios. Sobre tudo isso muito já se falou. O certo é que, para o Amazonas, é fundamental que a Zona Franca de Manaus mantenha suas

vantagens fiscais e foi com argumentação não só técnica, mas também política, que o governador Omar Aziz fez oportuna defesa do tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus, durante a audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE). Utilizando-se de dados irrefutáveis, mostrou números concretos, atuou como exímio estrategista. Demonstrou os prejuízos que seriam causados caso a Zona Franca de Manaus não fosse excluída da unificação do ICMS Interestadual, como a perda de 77% da arrecadação, queda da atividade econômica,

perda de empregos, não só na indústria, porém disseminada por todas as atividades produtivas, que não somam apenas cem mil empregos do PIM, mas que se refletiria na vida de quase 4 milhões de pessoas. Mostrou que o modelo não pressiona o meio ambiente, possibilitando que se mantenha quase 98% da floresta preservada. Desfez a falácia da renúncia fiscal, demonstrando com números quem são os maiores beneficiados, principalmente com financiamentos de investimentos através do BNDES (não confundir com "Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico do



Sudeste").

Por fim, deixou patente e calou a boca dos que são contra, demonstrando que a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus, que é assegurada pela Constituição, em nada prejudicará os demais estados. O desejo de hegemonia e concentração das atividades econômicas muitas vezes impede o raciocínio lógico sobre os resultados de uma determinada política fiscal, deixando de avaliar corretamente o cenário atual com o futuro. A estratégia adotada pelo Governador surpreendeu aqueles que só viam prejuízos. Explicou que quando os estados vendem insumos e outros bens

para a ZFM têm, por exigência de Lei, que isentar 12% de incidência de ICMS, quando comprovada a internação. Com a unificação do ICMS Interestadual, na forma apresentada pelo Governo, essa isenção será de apenas 4%. Por outro lado, na saída dos produtos fabricados pelo PIM para outras regiões, o ICMS é de 12% e continuará a ser o mesmo com a unificação. Portanto não haverá perda dos que mantiverem atividades comerciais com a ZFM, pelo contrário. Finalizando, aproveito a oportunidade para desejar muitas felicidades ao presidente da FIEAM, Antonio Silva, pelo seu natalício ontem.

AUTOMÓVEIS

IPI prorrogado anima

Em Manaus, as concessionárias dizem que decisão do governo propicia aumento nas vendas

LUANA GOMES

luana.gomes@acritica.com.br

A prorrogação do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos carros anima as concessionárias de Manaus, especialmente com os resultados positivos de vendas de início de ano. Dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) apontam que até o dia 19 de março deste ano foram emplacados 7,16 mil automóveis mais comerciais leves somente na capital. No trimestre do ano anterior, em todo o Amazonas, foram emplacados 6,96 mil veículos, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Segundo o gerente da Via Marconi (autorizada Fiat), Antônio Carlos, embora tenha sido adotada no segundo semestre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi responsável pela elevação em 8% das vendas da marca na capital. O representante diz que a expectativa para este ano é que o crescimento fique em 5%, especialmente com a manutenção do benefício até o final do ano.

Na concessionária, o veículo de menor preço vendido ontem era o Uno Mile básico, motor 1.0.

Preços dos carros nas lojas		
CONCESSIONÁRIAS	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO
Solimões Veículos (Volkswagen)	Gol Geração 4 (motor 1.0/ básico) - R\$ 25.100	Golf Sport Line (motor 1.6/ básico) - R\$ 55.470
Via Marconi (Fiat)	Uno Mile (motor 1.0/ básico) - R\$ 21.990	Linea (motor 1.8) - R\$ 65 mil
Porto (Renault)	Clio (motor 1.0/ básico) - R\$ 22.990	Fluence Privilege (motor 2.0) - R\$ 75.990
Rivoli (Peugeot)	207 (motor 1.4) - R\$ 37 mil	408 automático (motor 2.0) - R\$ 67 mil
Garcia Veículos (Chevrolet)	Celta (motor 1.0) - R\$ 29.990	Blazer 169 (motor 2.8) - R\$ 169 mil

Fonte: Próprias Concessionárias

O veículo estava a R\$ 21,99 mil. O gerente pontuou que a redução do tributo influencia principalmente o valor do produto e não o de venda. No ano passado, com o IPI zerado, estava a R\$ 21,40 mil.

Na Porto, autorizada Renault, o carro de menor preço da concessionária ainda estava com o desconto de IPI zerado, segundo o gerente comercial, Gustavo Barros: O Clio 1.0, modelo 2011, estava a R\$ 22,99 mil, mesmo valor do ano anterior. "A montadora preferiu manter o bônus", comentou. Em uma proposta de financiamento com entrada de 20%, o consumidor poderia pagar até 60 parcelas de R\$ 409, a uma taxa de 0,99% ao mês.

Na Solimões, o veículo de menor preço era o Gol Geração 4, a R\$ 25,10 mil, enquanto o de



IPI foi prorrogado até dezembro

maior (com fabricação nacional) era o Golf, comercializado a R\$ 55,47 mil. Com o financiamento em até 60 meses e 20% de entrada, a taxa de juros fica em 1,36% ao mês, o que resultava em um valor financiado de R\$ 28,14 mil e R\$ 64,15 mil, respectivamente.

MEDIDA

Com a decisão, a alíquota de carros populares motor 1.0 fica em 2% até o final de 2013. O patamar "comum" a este veículo é de 7%.

No caso de carros com motores de 1.0 a 2.0 (flex), esta tributação é de 7% para o mesmo período. A alíquota plena é de 11%. Enquanto isso, aqueles que usam gasolina, de 1.0 a 2.0, ficam com uma alíquota de 8%, cinco pontos percentuais a menos que o que é estabelecido normalmente.

Importados 'amparados' pelo Inova

A redução do IPI era vista como uma ameaça para as concessionárias de veículos importados, mas perdeu este conceito diante do programa Inova-Auto. Isto porque o regime concede crédito de recolhimento de IPI com base nos investimentos mensais em pesquisa e desenvolvimento.

A Chery e a Jac Motors devem contar com fábricas instaladas no País este ano. De acordo com o gerente de vendas da BEI Motors, autorizada Chery, José Augusto Soares, o acordo automotivo feito com o poder público impede o desaquecimento do ritmo de vendas das empresas que vendem importados. Já o gerente da JAC Motors comentou que podem competir no mercado em virtude deste regime.

Três perguntas para

Renilson Silva

CONSULTOR ECONÔMICO

1 Com essa prorrogação, é aconselhável o consumidor adquirir seu veículo?
É preciso ajustar suas contas antes. Não adianta se empolgar com a manutenção do benefício do IPI apenas olhando a prestação. É uma boa oportunidade, até porque vai ser favorecido com os juros mais baixos, quando a tendência é aumentar devido à inflação mostrando sinais de alta. Mas primeiro é preciso fazer um levantamento da situação financeira.

2 Quanto ele deve comprometer do seu orçamento, no mínimo?
Vale tomar como base um financiamento imobiliário, onde o comprometimento aceitável é de 30% com a prestação. Se não existe este financiamento, o consumidor pode usar o mesmo critério com a compra do veículo.

3 O que poderia ser considerado um juros aceitável, na escolha do melhor negócio?
Uma taxa razoável seria de até 1,5% ao mês, especialmente quando se financia 80% do valor do veículo. Isto porque quanto maior o valor do financiamento, maior é o juros. O ideal é conseguir juntar dinheiro para financiar o mínimo possível.

Espaço público tem 'vida' dupla

FLORÊNCIO MESQUITA

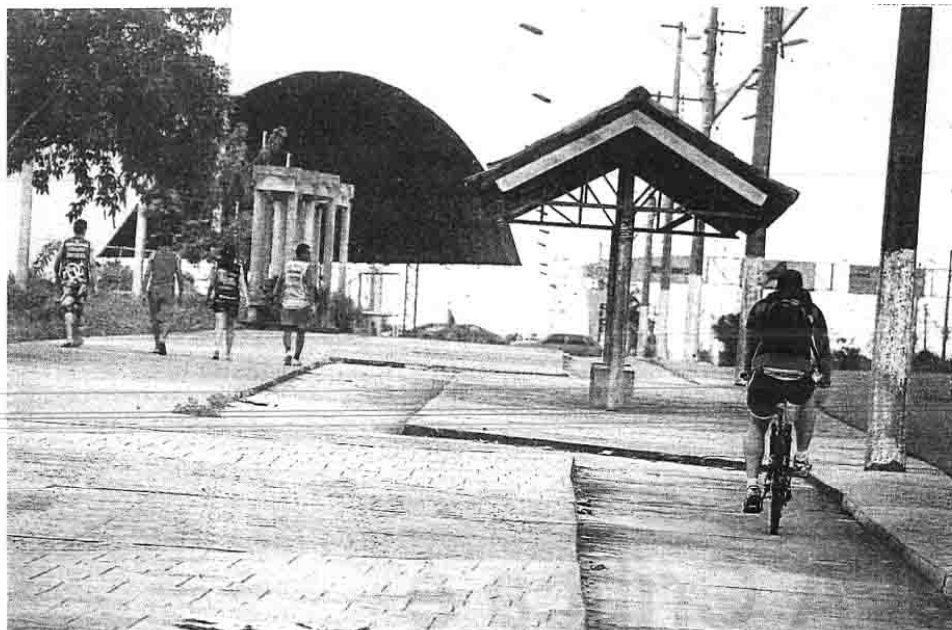
florenciemesquita@critica.com.br

O calçadão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), na BR-319, Distrito Industrial, Zona Sul, é uma das poucas áreas com estrutura para a prática de lazer e esporte na cidade, mas está abandonada. O calçadão oferece boa infraestrutura para esporte, tem aparelhos de musculação similares aos das academias ao ar livre que a Prefeitura de Manaus pretende implantar em lugares como a Ponta Negra, além de ser o único local em toda a capital que possui ciclovia.

Mas a falta de manutenção e serviços básicos no local é evidente. A iluminação pública não funciona e todos os refletores das sete quadras que existem no local estão queimados. A falta de iluminação impõe o limite de uso do local até, no máximo, às 18h. Depois desse horário, tudo fica escuro e as pessoas são obrigadas a acabar com a prática de esportes. As que se arriscam fazem caminhadas, mas dizem que sabem do perigo de assaltos, mas, mesmo assim, centenas de pessoas frequentam o lugar todos os dias.

O detalhe é que o calçadão tem duas faces para seus frequentadores: a diurna, para pessoas que fazem caminhadas e jogam futebol nas quadras, e outra noturna, conduzida por bares, prostituição, venda de drogas e poluição sonora causada por paradas de som em carros particulares. O contraste é maior com o lixo, que está por toda a parte, e o fato, que começa a encobrir partes do pavimento até quadras.

Das sete quadras, apenas



O calçadão da Suframa é uma das poucas áreas da cidade com infraestrutura para o lazer, inclusive, com mais opções que a Ponta Negra, mas é subutilizado

Saiba mais

Assaltos e tráfico

O calçadão da Suframa já foi cenário de assaltos a usuários e pontos comerciais, além de registrar tiroteios e homicídios. No entanto, conforme denúncia recebida por A CRÍTICA, a principal atividade ilícita que passou a dominar as noites no calçadão é tráfico de drogas.

uma possui cobertura e as outras, sujeitas as intempéries, estão desgastadas. Somente a quadra coberta possui banheiro com vestiário. No entanto, a inexistência de vigilância ou manutenção abriu espaço para que o local fosse depredado e para que as pias e vasos sanitários fossem roubados. A quadra é a mais procurada pelos usuários que escolhem enfrentar o odor forte do banheiro, atualmente inutilizado, para jogar futebol.

Famílias inteiras como a do técnico

em radiologia André Chagas, 38, vão ao calçadão durante o dia para se exercitar. "É um ótimo lugar na cidade para trazer a família para caminhar, mas desde a última reforma não foi feita nenhuma manutenção. É triste saber que esse lugar vai ficar pior porque não há quem cuide dele", disse.

A maior parte do público que frequenta o calçadão durante o dia é de pessoas que moram em bairros próximos, tais como Japiim, Morro da Liberdade, Betânia, Parque Mauá,

Mauzinho, São Lázaro e aterro do 40. No entanto, todas que foram consultadas por A CRÍTICA não economizaram em reclamações sobre a falta de cuidado. "Por que o calçadão da Ponta Negra está bem cuidado? Não é porque foi reformado recentemente. É porque lá tem a Guarda Municipal para fiscalizar e impedir que depredações e agentes da prefeitura para dar manutenção. Por que não fazem isso no calçadão da Suframa também?", disse o industrial Raimundo Menezes, 37.

À noite, o calçadão vira 'terra sem lei'

Durante as noites de sexta-feira, a atmosfera esportiva do calçadão da Suframa cede lugar para a confusão de som alto, consumo de bebida alcoólica e falta de policiamento. Donos de carros de som que fazem os chamados "pancadões" criam uma fila para disputar quem tem a aparelhagem mais potente. Do outro lado, bares com música ao vivo entram pela madrugada enquanto pessoas alcoolizadas saem dirigindo, infringindo a Lei Seca.

Os frequentadores que caminham pelo calçadão encurtam o percurso porque os donos de bares ocupam o espaço até o limite da BR-319, com mesas e cadeiras para clientes.

O anfiteatro, cuja cobertura tem o formato de folha, deveria ser palco shows, mas é alvo constante do vandalismo de pichadores. Ele também serve de abrigo para sem-tetos.

As grades das quadras estão quebradas e, durante as partidas de futebol, é comum a bola ser jogada para a BR-319. Embora existam quadras para tênis, basquete e vôlei, apenas o futebol é praticado porque os equipamentos para os outros esportes também estão quebrados.

Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País

Números de março revelam queda no Estado de 15,5%, contra 5,5% registrada no resto do Brasil

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

As vendas de veículos novos no Amazonas foram quase três vezes piores que a média do resto do País em março. No Estado, a queda na comercialização foi de 15,5% na comparação com um ano atrás, contra uma queda de 5,5% no Brasil, revelam os dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade).

As concessionárias amazonenses venderam, no mês passado, 2.483 unidades de automóveis, os chamados carros de passeio, e comerciais leves, como picapes, furgões e utilitários esportivos. Em março de 2012, foram 2.939 unidades.



Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País (continuação)

O resultado frustrou as revendas da capital amazonense, que esperavam uma 'corrida' maior do consumidor atrás dos produtos, dado o prazo limite, em 31 de março, para a manutenção da alíquota reduzida do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). No último sábado, o governo manteve a alíquota atual até dezembro, mas o reflexo da decisão só será sentido a partir das vendas de abril.

O gerente comercial da Mavel Veículos, Vannius de Castro, afirmou que a concessionária só conseguiu obter resultados positivos no trimestre por haver investido fortemente em campanhas promocionais, ainda que o corte no IPI tenha contribuído. "Em um mercado que já está 'desaquecido'. Se tivesse aumento de IPI, iria complicar muito mais. O grande problema ainda é a aprovação de crédito, pois tem existido demanda", disse Castro.

Para o gerente geral da Solimões Veículos, Paulo Cunha, o consumidor não tem sido atraído pelo corte no tributo. "A expectativa era que (a procura) aumentasse, mas houve efeito contrário. Ainda não sabemos explicar o porquê e a preocupação é que este cenário continue. Esperamos que no segundo semestre consiga-

MAIS DADOS

VEÍCULOS

VENDAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE

A venda de carros novos no Amazonas ainda segue abaixo do ritmo esperado pelo mercado. Ao lado, as vendas do primeiro trimestre.

	Autos	Comerciais	Motos
	5,3 mil	1,8 mil	5,3 mil

Fonte: FENABRAVE

mos recuperar o primeiro", disse.

Na Via Marconi, o gerente de vendas Antônio Carlos Lima também disse acreditar em resultados melhores na segunda metade do ano, fechando 2013 com um crescimento de 5%. "Não dá para comparar com o que aconteceu no ano passado, ainda mais quando se considera a quantidade de dias úteis. Mas, com a medida do governo (anunciada no sábado), esperamos um aumento de 5%. É no segundo semestre que a 'coisa' começa a

se desenvolver melhor", prospectou Lima.

Em todo o Brasil, a Fenabreve registrou 268,3 mil unidades de automóveis e comerciais leves emplacadas em março. Na comparação com o mesmo período de 2012, quando o IPI menor ainda não estava valendo, as vendas de março foram 5,5% menores. O total de emplacamentos sobe para 294,9 mil veículos, quando incluído caminhões e ônibus, no entanto, o volume também é 5,5% menor do que o do mesmo período em 2012.

Venda de veículos no Amazonas foi quase 3 vezes pior que média do País (continuação)

NUMEROS POSITIVOS

Revendas de motos veem 'alívio' após quedas seguidas

Na contramão das vendas de carros, as motocicletas conseguiram registrar um resultado positivo em março, depois de uma queda no primeiro bimestre. No primeiro mês do ano, as perdas foram de 9,8%, piorando em fevereiro, quando a retração foi de 24,4%. Em março, o setor conseguiu se recuperar um pouco dos números negativos, alcançando uma alta de 7,3%.

No mês passado, 1,9 mil motos foram comercializadas no Amazonas, contra 1,8 mil em igual período de 2012. No trimestre, as motos também fecharam um balanço positivo, com 5,3 mil unidades vendidas e aumento de 1,29% em cima do ano passado. Se confrontado com os números nacionais, as motocicletas também surpreenderam, visto que no Brasil, as vendas de motos caíram 25%. Em todo o País, 123,8 mil unidades de motos foram comercializadas em março. No Amazonas, o segmento de

OS NUMEROS

19.000

▼ **motos** foram vendidas em todo o País em fevereiro, o que representa uma alta de 23%. O Amazonas concentra a produção nacional de motos.

baixa cilindrada continua sendo o mais forte do setor, com os modelos populares da montadora Honda ocupando as quatro primeiras posições dentre as mais vendidas. A Yamaha, Sundown, Dafra e Traxx também compõem a lista. Somado todos os tipos de veículos, automóveis, comerciais leves e motocicletas, as concessionárias do Estado foram responsáveis por uma de 12,5 mil unidades no primeiro trimestre de 2013, contra 12,2 mil no mesmo período de 2012, um acréscimo de 2,5%.